



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2026

No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas e oito minutos, no plenário da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, teve início uma audiência pública para apresentar a Prestação de Contas do Executivo, relativa às metas fiscais do 3º quadrimestre de 2025. A audiência foi convocada pela Câmara, por solicitação da Comissão de Competitividade, Finanças, Orçamento, Economia e Planejamento (COFIN), por meio do Requerimento nº 117/2026. Estavam presentes os vereadores Eliton Ávila – que deu início à audiência e a presidiu, Joelson de Araújo, Giovani Caju e Professora Luciana Martins. A Mesa foi composta, além do vereador Eliton Ávila, pelo vereador Giovani Caju, pela secretária municipal da Fazenda, Sra. Michele Vargas Antonello, e pelo Sr. Valdelino Vieira de Abreu, contador do Poder Executivo. O evento foi transmitido simultaneamente pelo canal da TV Câmara NH no YouTube. Após as saudações iniciais do vereador Eliton Ávila, o uso da palavra foi concedido à secretária Michele Vargas Antonello e ao contador Valdelino Vieira de Abreu, que, conforme o Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, apresentaram o demonstrativo de execução das metas orçamentárias referente ao terceiro quadrimestre de 2025. A secretária municipal da Fazenda, Michele Antonello, iniciou sua fala salientando que a prestação de contas é um instrumento de controle social previsto na legislação. Destacou que a apresentação dos resultados do quadrimestre e do exercício tem como foco a responsabilidade fiscal, o equilíbrio das contas públicas e a transparência, demonstrando os principais indicadores e o cumprimento das metas estabelecidas. Durante a apresentação, a secretária ressaltou que os resultados refletem o acompanhamento periódico da arrecadação e da execução das despesas. Segundo ela, o objetivo é manter a previsibilidade e a capacidade de pagamento do Município, sem perder de vista as políticas públicas essenciais, como saúde e educação. Conforme destacou, a diretriz de governo do prefeito Gustavo Finck estabelece a missão de incrementar a receita sem aumento da carga tributária e, principalmente, de gerenciar as despesas sem cortes, especialmente nas áreas de saúde e desenvolvimento social. A secretária também lembrou que já foi apresentada a evolução da receita municipal com base nos dados dos últimos três anos. A partir dessa análise, identificou-se uma distorção, e é justamente diante desse cenário, observado ao longo do período, que a administração tem trabalhado para restabelecer o equilíbrio das contas públicas do Município. No último ano, a arrecadação de receitas de capital foi efetivamente menor. Segundo a secretária, isso ocorre porque a prefeitura possui uma capacidade limitada de execução. Não é possível captar ou buscar recursos além da capacidade de aplicá-los de forma adequada; em outras palavras, há um limite para a execução dos investimentos. Dessa forma, não se pode ampliar a receita total do Município sem garantir a correspondente capacidade de entrega. Nesse sentido, de maneira



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

coerente, a administração municipal tem priorizado a prestação de serviços e o atendimento à população. A secretária salientou que, quando não se consegue arrecadar a receita de capital prevista, as despesas não deixam de existir e precisam ser cumpridas. Nesses casos, torna-se necessário utilizar recursos das receitas correntes para compensar essas despesas, o que pode gerar desequilíbrios na execução orçamentária. Isso acaba gerando uma distorção: arrecada-se menos do que o previsto, mas, ainda assim, é preciso arcar com as despesas que haviam sido planejadas nessa categoria. A secretária apresentou, ainda, números referentes aos investimentos em educação e saúde, afirmando que as metas estabelecidas pela legislação vigente foram devidamente atingidas, destacando que a área da saúde recebeu mais de noventa milhões, além dos 117 milhões estabelecidos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizando mais de 207 milhões em investimentos em saúde. Encerrada a apresentação do Poder Executivo, passou-se ao momento das perguntas. O presidente Eliton Ávila fez questionamentos a respeito da arrecadação do IPTU. Ele solicitou uma estimativa da receita prevista e pediu que fosse detalhado quanto já foi arrecadado até o final de janeiro, ou seja, qual parcela da população já efetuou o pagamento. Também levantou a questão dos parcelamentos, destacando que muitos contribuintes optam pelo pagamento em até dez vezes, e questionou se já há dados consolidados sobre essa modalidade. Por fim, fez uma observação em relação ao pagamento dos fornecedores e pediu esclarecimentos sobre o funcionamento desse fluxo. O vereador Giovani Caju questionou quais são os principais desafios para o próximo quadrimestre e também para o ano de 2026. Ele buscou entender onde deve estar o foco da gestão para otimizar a economia e avançar na redução da dívida. Além disso, solicitou esclarecimentos sobre a dívida herdada da administração anterior, questionando qual é o valor que ainda resta a ser pago efetivamente. Na sequência, a vereadora Professora Luciana Martins destacou que, segundo seus cálculos, houve um acréscimo de 10% na contribuição de iluminação pública. No entanto, ressaltou que a cidade ainda permanece escura. Outro ponto mencionado pela vereadora diz respeito à dívida do IPASEM. Ela observou que, ao longo de 2025, foi realizado um parcelamento e, já em 2026, houve um novo parcelamento, o que evidencia o aumento dessa dívida. Finalizando sua fala, lembrou que nunca houve tão pouco investimento nos servidores públicos. Destacou ainda que a reposição salarial prevista para o mês de abril precisa, de fato, se traduzir em aumento real nos salários, considerando que os servidores públicos de carreira estão recebendo muito pouco. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e vinte e nove minutos, o presidente Eliton Ávila encerrou a audiência pública. [Observação: a íntegra do vídeo desta audiência pública pode ser acessada no link <https://www.youtube.com/watch?v=Ltsfn0RZt8g>].

Vereador Eliton Ávila
Presidente

RELATÓRIO DE APRESENTAÇÃO - III QUADRIMESTRE DE 2025

Fonte de dados: Relatório de Gestão Fiscal – STN – IPM – PMNH.

Data da Apresentação: 27 de Fevereiro de 2026.

Apresentação:

Em atendimento, e de acordo com a Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - passamos a sintetizar os dados relevantes e relativos à Gestão Fiscal tendo como base o mês de dezembro de 2025 conforme segue:

Primeiramente cabe salientar que as informações contidas neste relatório sintético, são todas de caráter estritamente técnico, não evidenciando nelas a linha de atuação Político Administrativa, sendo estes dados, consolidados do Executivo e suas Administrações Indiretas.

Os relatórios com os dados analíticos foram encaminhados aos órgãos competentes e publicados dentro do prazo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relatório de Gestão Fiscal – RGF – III quadrimestre 2025

A Receita Corrente Líquida – RCL apurada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 1.496.370.359,30**.

A Despesa Total com Pessoal no mesmo período totalizou **R\$ 437.415.330,66**, correspondendo a **29,50% da RCL**, mantendo-se dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

A Dívida Consolidada Líquida atingiu **R\$ 781.088.109,65** também dentro dos parâmetros legais.

Não houveram Operações de Créditos até o quadrimestre de referência.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO – VI bimestre/2025

Receita:

Previsão Atualizada da Receita:	R\$ 2.004.020.979,00
Receita Realizada:	R\$ 1.824.265.815,18

Despesa:

Dotação Inicial:	R\$ 1.993.020.979,00
Dotação Atualizada:	R\$ 2.162.970.682,05
Despesa Empenhada:	R\$ 1.725.695.967,64
Despesa Liquidada:	R\$ 1.663.181.462,83
Despesa Paga:	R\$ 1.560.826.015,91

Superávit Orçamentário (Receita Realizada – Despesa Liquida) = R\$ 161.084.352,35

Receitas/Despesas do Regime de Previdência

Receitas Previdenciárias Realizadas:	R\$ 247.557.504,75
Despesas Previdenciárias Liquidadas	R\$ 251.797.596,12
Resultado Previdenciário:	R\$ -4.240.091,37

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (Dados do SIOPE)

Observamos que no ano de 2025, o investimento em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino correspondeu a **25,88%** das Receitas de Impostos. O limite mínimo a ser aplicado no exercício é 25%.

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS

No ano de 2025, o investimento em ASPS (Ações e Serviços Públicos de Saúde) corresponde a **26,55%** da receita de impostos e transferências constitucionais. O limite mínimo a ser aplicado no exercício é 15%.

Resultados Fiscais

RESULTADO PRIMÁRIO: o resultado primário surge da comparação das receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida.

META FIXADA

LDO PARA 2025:	(+) Receita Primária	R\$ 1.525.077.607,00
	(-) Despesa Primária	R\$ 1.374.179.917,80
	(=) Resultado	R\$ 150.897.689,2

EXECUÇÃO:

3º QUADRIMESTRE/2025:	(+) Receita Primária	R\$ 1.508.879.234,10
	(-) Despesa Primária	R\$ 1.262.371.598,45
	(=) Resultado	R\$ 246.507.635,65

RESULTADO NOMINAL: representa a variação das contas da dívida pública de um período ao outro. Juntamente com o resultado primário, é uma das formas de se apurar o resultado das contas em um certo período do exercício.

POSIÇÃO DÍVIDA:	(+) Dívida Bruta	R\$ 1.116.709.413,05
FINAL DE 2024	(-) Deduções	R\$ 184.723.614,20
	(=) Dívida Líquida	R\$ 931.985.798,85

EXECUÇÃO:

3º QUADRIMESTRE/2025:	(+) Dívida Bruta	R\$ 1.080.535.292,90
	(-) Deduções	R\$ 299.447.183,25
	(=) Dívida Líquida	R\$ 781.088.109,65

Nesta análise verifica-se que houve, uma redução da dívida pública, ocasionando um resultado nominal de R\$ **150.897.689,20**

Estas são as informações apuradas nos devidos relatórios que acompanharão esta apresentação e entregues ao Presidente da Câmara e demais Vereadores, podendo ainda ser complementadas a medida de suas necessidades.

Informamos ainda que estas e outras informações pertinentes encontram-se disponíveis nos sites dos Órgãos Oficiais e Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

<https://novohamburgo.atende.net/transparencia>,
<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>,
<https://tcers.tc.br/fiscalizado/>
<https://sadipem.tesouro.gov.br/sadipem/private/pages/index.jsf>

Novo Hamburgo, 24 de Fevereiro de 2026.

MICHELE VARGAS ANTONELLO
Secretária Municipal da Fazenda

VALDELINO VIEIRA DE ABREU
Contador



MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO - RS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até 6º Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial					2.004.020.979,00
Previsão Atualizada					2.004.020.979,00
Receitas Realizadas					1.824.265.815,18
Deficit Orçamentário					0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)					144.771.431,30
DESPESAS					
Doação Inicial					1.993.020.979,00
Doação Atualizada					2.162.970.682,05
Despesas Empenhadas					1.725.695.967,64
Despesas Liquidadas					1.663.181.462,83
Despesas Pagas					1.560.826.015,91
Superávit Orçamentário					161.084.352,35
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até 6º Bimestre			
Despesas Empenhadas					1.725.695.967,64
Despesas Liquidadas					1.663.181.462,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até 6º Bimestre			
Receita Corrente Líquida					1.496.370.359,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento					1.491.598.538,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal					1.482.649.349,02
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES		Até 6º Bimestre			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					(4.240.091,37)
Receitas Previdenciárias Realizadas					247.557.504,75
Despesas Previdenciárias Empenhadas					251.797.596,12
Despesas Previdenciárias Liquidadas					251.797.596,12
Despesas Previdenciárias Pagas					251.797.596,12
Resultado Previdenciário					(4.240.091,37)
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO			
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		(a)	Resultado apurado Até 6º Bimestre		% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha					
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inserção	Canc. Até 6º Bimestre	Pag. Até 6º Bimestre	Saldo a pagar
Poder Executivo		150.166.280,66	28.849.208,66	80.522.939,38	40.794.132,62
Poder Legislativo		149.744.077,66	28.849.208,66	80.130.951,06	40.763.917,94
Poder Judiciário		422.203,00	0,00	391.988,32	30.214,68
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		73.199.782,02	17.090.718,25	46.860.007,19	9.249.056,58
Poder Executivo		70.503.521,23	16.375.387,47	45.369.384,50	8.758.749,26
Poder Legislativo		2.696.260,79	715.330,78	1.490.622,69	490.307,32
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		223.366.062,68	45.939.926,91	127.382.946,57	50.043.189,20

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limite Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 6º Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	207.045.588,65	25,00	25,88	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.57.497.039,89	70,00	70,03	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 6º Bimestre		Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito		0,00	82.447.080,00	
Despesa de Capital Líquida		177.638.195,44	246.426.783,15	
PROTEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	(23.052.505,70)	217.728.019,71	101.792.935,58	159.619.411,31
Receitas Previdenciárias	206.361.625,77	526.317.645,47	537.900.653,88	710.913.871,93
Despesas Previdenciárias	229.414.131,47	308.589.625,76	436.107.718,30	551.294.460,62
Resultado Previdenciário	(23.052.505,70)	217.728.019,71	101.792.935,58	159.619.411,31
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até 6º Bimestre		Saldo a Realizar	
Receitas de Alienação de Ativos		1.539.948,69	6.007.551,31	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		1.012.557,88	30.829,59	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limite Constitucional Anual		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	207.757.553,56	%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 6º Bimestre	
		15,00	26,55	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)			0,00	

NOTA:
FONTE: Sistema Atende Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO


GUSTAVO DIEGO FINK
Prefeito Municipal


MICHELE VARGAS ANTONELLO
Secretária Municipal da Fazenda


VADELINO VIEIRA DE ABREU
Contador



MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO - RS

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Executivo + Autarquias

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 3º QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.496.370.359,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		1.491.598.538,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		1.482.649.349,02
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	437.415.330,66	29,50
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	800.630.648,47	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	760.599.116,05	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	720.567.583,62	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	781.088.109,65	52,37
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.789.918.245,62	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	328.151.678,36	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	238.655.766,08	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	104.411.897,66	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	60.075.269,62	257.149.065,27

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO.

NOTA:


GUSTAVO DIOGO FINCK
Prefeito Municipal


MICHELE VARGAS ANTONELLO
Secretária Municipal da Fazenda


VALDELINO VIEIRA DE ABREU
Contador